

CULTURA, EDUCAÇÃO E IDENTIDADES EM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO

Rita de Cássia Mendes Pereira¹

RESUMO

Como realidade e conceito, a homogeneização cultural que escora o processo de globalização do capital tem como contrapontos a difusão dos conceitos de diversidade, de multiplicidade de culturas intercambiáveis, e o desenvolvimento de ações afirmativas de identidades - de classe, étnica, de gênero, regional. Neste contexto, o reconhecimento da diversidade de culturas e de identidades múltiplas, de modos peculiares de leitura e de representação do mundo em um mesmo espaço histórico-geográfico, é o ponto de partida para se desvelar e confrontar o processo de homogeneização cultural, que tem como veículos privilegiados o sistema educacional e os meios de comunicação de massa, aí incluídos os digitais.

Palavras-chave: cultura, educação, identidade.

Não obstante as opiniões divergentes sobre os ônus e as benesses dela resultantes, é sob o signo da globalização, de iniciativas de inclusão de todo o mundo habitado no “sistema produtivo”, na sua concepção hegemônica, que deve se iniciar toda análise do mundo contemporâneo. Tempo de globalização, tempo de homogeneização cultural, a partir de certos padrões mais apropriados ao mercado. Tempo de avanço dos meios de comunicação e de afirmação da cultura de massa, a expensas das diferenças regionais no processo de concentração/distribuição da riqueza e do aprofundamento das diferenças sociais e econômicas.

Mas, como realidade e conceito, a homogeneização cultural que escora o processo de globalização do capital tem como contrapontos a difusão dos conceitos de diversidade, de multiplicidade de culturas intercambiáveis, e o desenvolvimento de ações afirmativas de identidades - de classe, étnica, de gênero, regional

Votadas à resistência, conservação ou transformação, as ações afirmativas de identidades revelam-se não somente legítimas como eficazes no processo de autoconhecimento, de organização e luta dos povos, e estão na base de princípios (por exemplo, do conceito de reparação) e de direitos conquistados (como quotas sociais,

¹ Doutora em História Social pela USP; Professora Titular da Área de História Antiga e Medieval do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

étnicas e regionais). A partir dessas ações vimos delinear-se, ao longo da segunda metade do século XX, conquistas históricas do movimento negro, das organizações feministas, de defesa de direitos dos homossexuais e diversos movimentos de resgate e valorização de tradições culturais, fundamentadas ou não em sistemas religiosos. Os princípios afirmativos de identidades – frequentemente, mas nem sempre, de base étnica – foram propulsores dos movimentos de descolonização e resistência ao imperialismo, marcos fundamentais da história do mundo contemporâneo. Sobre esses princípios estiveram, por outro lado, assentadas, também, ações de racismo, intolerância, afirmação da superioridade cultural e étnica de grupos e de Estados.

No plano das idéias, a segunda metade do século XX foi marcada pela redefinição de paradigmas e, em especial, no campo das Ciências Humanas, pela aproximação entre os diversos campos do saber e pela descoberta de novos objetos e novas abordagens que provocaram uma reviravolta nos estudos sobre História Cultural. Essas transformações levaram à superação dos limites da História Cultural Clássica, orientada por uma compreensão restrita do conceito de objetos culturais e pela busca de um espírito do tempo, cujo desenvolvimento havia se afigurado em estreita dependência com o postulado da unidade ou do consenso cultural. Sob a influência da Escola Francesa dos Annales, a historiografia ampliou, ao limite do inimaginável, o conceito de objeto histórico e a noção de fonte histórica. O objeto da História Cultural passou a ser o conjunto da produção cultural, desde a obra prima à grande produção dita vulgar. A noção de fonte passou a abranger não apenas os objetos da alta cultura - como a obra de arte, a obra literária – mas também os falares, os gestos, os ritos, os valores, as representações sociais etc. O conceito restritivo de cultura foi, então, confrontado pela heterogeneidade dos produtos culturais e pela associação entre a produção social e as contradições sociais inerentes aos períodos históricos. Contra a idéia tradicional de cultura de uma época, passaram a pautar os estudos de história cultural o princípio da diversidade cultural, a associação entre níveis de cultura e grupos sociais e a idéia de circularidade de culturas.

Sem desconsiderar os movimentos e os produtos da chamada alta cultura, que até então haviam desfrutado de um quase monopólio de legitimidade cultural, a historiografia afirmou a existência de formações culturais de natureza diferente daquela imposta pelos grupos sociais e culturais dominantes e precisou construir modelos de interpretação apropriados a essas formas de cultura.

A partir da década de 1960, na esteira dos estudos de Mikhail Bakhtin, os estudos sobre cultura avançaram significativamente no sentido da identificação de dois sistemas culturais distintos, dois campos de expressão - uma cultura erudita-escrita e uma cultura tradicional-oral-popular. Esta abordagem biculturalista esteve calcada sobre a percepção, não totalmente incorreta, de que a produção cultural de uma época não está alheia às contradições e lutas ideológicas entre os grupos sociais: “Inicialmente, [os historiadores] colocaram o problema em termos de conflito, de uma luta verdadeira entre, de um lado, os que detêm esse poder exorbitante, o saber contido nos livros, nas bibliotecas e nos museus e, do outro, os pobres” (Duby, 1989, p. 129). Para além dos objetos e produtos culturais, a idéia de cultura passou a abarcar valores, práticas culturais, representações, enfim, as expressões culturais de grandes parcelas da população geralmente incluídas na idéia de “povo”. A essa “cultura”, situada em posição diametralmente oposta à cultura de elite-erudita, Bahktin empenhou o esforço inicial de construção de modelos apropriados de interpretação.

À noção de “povo”, buscou-se, em um primeiro momento, associar uma “cultura popular tradicional”, assentada sobre um fundo patrimonial primitivo e transmitida oralmente; uma cultura de natureza essencialmente diferente, mas não inferior, à cultura erudita das elites. Tomada como objeto privilegiado de análise, a “cultura popular” ganhou abrangência, características e função social e passou-se a admitir que ela interage, de forma ativa, com a cultura erudita. Entretanto, os avanços nas pesquisas demonstraram que, no que se refere à produção cultural, não é apenas em termos de conflito que devem ser definidas as relações entre os grupos sócio-culturais. Além disso, como salienta Duby (1989, p. 130), “se limitar à concepção de um confronto entre duas classes é estreitar abusivamente o campo de observação”

As interpretações contemporâneas sobre a cultura popular têm se batido contra o estabelecimento de relações diretas entre grupos sociais e produção cultural e contra a identificação de determinados textos e impressos como próprios a um ou outro meio social. Como argumenta Márcia Abreu (CHARTIER, 2003, p.14), os produtos culturais não são produzidos e consumidos exclusivamente por uma determinada classe social. Pelo contrário, eles são consumidos, apropriados de forma diferenciada por distintos grupos e indivíduos. São partilhados por pessoas de diferentes condições, ainda que elas os manejem de formas específicas. É preciso reconhecer a extrema diversidade da produção e dos hábitos culturais e, principalmente, das formas de apropriação dos textos e modelos.

Manifestações “populares” de cultura não são exclusivas das classes populares e muitas dessas formas culturais dependem das relações com os produtos da cultura erudita para a sua sobrevivência histórico-cultural. Muitos dos seus elementos podem ser facilmente encontrados nos produtos identificados com o conceito de cultura escrita-erudita, cujos temas, valores e psicologia estão, pelo menos teoricamente, relacionados ao processo de afirmação dos grupos sociais dominantes. Dito de outro modo, a cultura das classes dominantes não pode ser tomada como um bloco uniforme, oposto à “cultura popular”.

Assim como não mais é possível aceitar os conceitos de uma cultura de uma época ou uma nação, os sistemas de cultura aos quais se atribuíra o qualificativo de “popular” não podem também ser definidos como um conjunto unitário, que se pode delimitar, inventariar, descrever, caracterizar. Mesmo porque, como afirmou Gramsci (*apud* DUBY, 1989, p. 128), “o povo não é uma coletividade homogênea de cultura, mas apresenta estratificações culturais numerosas e diversamente combinadas”. “O povo, mas isso é igualmente verdadeiro para aquela parte da sociedade que domina o povo”, complementa Duby.

Este autor prossegue afirmando a existência de uma luta ideológica que não deixa de ter relações com a “luta de classes” e que opõe os grupos sociais constitutivos da sociedade. As manifestações culturais, desde a obra prima até a grande produção dita vulgar, estão sujeitas a variações espaços-temporais, de acordo com a própria história dos grupos sociais no seio dos quais se originam e difundem e de suas relações com os demais setores da sociedade, com as estruturas materiais e com as estruturas de poder. Mas é necessário estar atento para a variedade e o polimorfismo do complexo processo de interação entre culturas. Todo estudo sobre cultura deve estar assentado sobre essa compreensão da complexidade das estruturas culturais, sobre a circularidade das informações entre as diferentes formações culturais existentes em uma sociedade, sobre a “permanência de formas residuais, de ressurgências, sobre a mobilidade incessante dos fenômenos de aculturação, e sobre as clivagens entre culturas confrontadas ou combinadas” (p. 129).

É preciso, pois, considerar, para as diferentes épocas, como se estabelecem as relações entre as formas culturais dominantes e as identidades culturais, que se afirmam, salienta Chartier (2003, p. 147), “de forma mais radiosa ou mais contida”. O que se impõe como tarefa hoje aos pesquisadores de História Cultural é, pois, investigar as maneiras próprias de reutilização de objetos e modelos culturais que circulam na

sociedade e que são recebidos, compreendidos, de formas variadas nos diferentes meios. Para além do binômio cultura erudita/cultura popular, diferentes culturas servem para expressar o pensamento e a preocupação de indivíduos e grupos sociais, regionais, étnicos, religiosos etc. Essas formações culturais específicas se apropriam de elementos de um acervo comum e os associam dentro de um sistema geral de cultura dentro do qual elas se individualizam, expressam os seus valores distintivos (em oposição aos dos outros) e instituem os seus próprios modelos e representações.

Até o século XIX, salienta Chartier (2003, p. 149), as elites procuraram desqualificar e expulsar da cultura sacralizada, canonizada, as formas e objetos do “folclore”. Hoje, é preciso estar atento para o processo de apropriação e comercialização de bens simbólicos aparentemente estranhos ao mercado. A cultura comercial captura uma grande quantidade de signos e valores culturais e mantém potentes trocas entre a cultura letrada e as manifestações culturais ditas populares. As formas da cultura dita “popular” encontram-se presentes nos objetos culturais e nos modos de consumo da cultura erudita, que delas se apropriam e a elas impõem “deformações”.

Inversamente, é preciso estar atento para os mecanismos sociais de apropriação de elementos culturais produzidos e difundidos pelas elites por parte daquelas formações culturais distintas, aos quais se costumou associar o conceito de cultura popular. Ora, a relação entre culturas, como salienta Brusegan (1988, p. 108) ao se referir à Idade Média, traduz-se necessariamente em termos de aquisição e de perdas. É preciso, portanto, investigar as maneiras próprias de apropriação e reutilização dos saberes e verdades disponíveis pelos indivíduos e comunidades. É preciso considerar como se estabelecem as relações entre as formas culturais dominantes e as identidades culturais.

As práticas culturais prestam-se à difusão e promoção de formas particulares de enfrentamento (ou de silenciamento) em relação aos constrangimentos sociais e às imposições. Frente ao processo de globalização e homogeneização cultural, afirmam-se princípios e ações afirmativas de identidades, de intervenção na sociedade, junto aos poderes constituídos ou à margem deles, no sentido de garantir direitos, de afirmar valores e tradições singulares. Para Chartier (2003, p.147), a força da imposição dos modelos culturais dominantes não anula o espaço próprio da sua recepção, espaço este que pode ser resistente, sutil, rebelde.

A identidade está situada no limite entre o individual e o coletivo. Os indivíduos se identificam, se definem, afirmam noções de pertencimento, tomando como referência

os agrupamentos sociais, étnicos, de gênero que, dentro do seu espaço social, se complementam, se suportam e/ou se confrontam. As identidades afirmadas implicam modos peculiares de apropriação dos elementos pertencentes ao fundo patrimonial de cultura – as heranças disponíveis – e os subordina aos processos de seleção, classificação, re-significação, de construção de um sistema próprio de valores.

Os agentes culturais (artistas, escritores, produtores, editores, representantes dos poderes públicos) têm, queiram ou não, responsabilidades no processo de afirmação de identidades. Pois o processo de produção de objetos culturais – em especial das diversas formas culturais associadas ao conceito de arte – se origina no limiar entre a invenção (ato individual que revela a criatividade própria do artista-criador) e as formas coletivas de expressão cultural, resultado da pressão dos diferentes grupos identitários aos quais o artista pertence ou com os quais se relaciona. É preciso, pois, considerar os modos individuais e coletivos de seleção, utilização, remodelação e ressignificação desses modelos.

As primeiras reflexões historiográficas e sociológicas sobre a cultura brasileira estiveram marcadas pelo desejo de identificação de uma “identidade cultural da nação”. Subordinados a uma perspectiva de análise calcada sobre o projeto “nacionalista” da burguesia nacional, teóricos brasileiros, desde o início do século XX, fizeram combinar os postulados do consenso ou unidade cultural - que fundamentaram os estudos de História Cultural Clássica – com pequenas concessões a um suposto “folclore”, contributo de negros e índios à “cultura nacional”. Intelectuais, artistas e governos fizeram agregar às formas eruditas de expressão cultural, predominantes na definição da cultura brasileira, manifestações e objetos culturais associados às camadas inferiores da população e aos diferentes agrupamentos étnicos constitutivos da nação.

Entretanto, a essas “culturas do povo” buscou-se negar qualquer autonomia ou legitimidade cultural. Tomadas apenas como legados, heranças, elas foram definidas por sua dependência e suas lacunas em relação às manifestações culturais eruditas. Ao longo de nossa história, os produtores, os censores, os meios de comunicação de massa, os críticos, os especialistas, os professores procuraram, por um lado, impor a subordinação das culturas do povo à norma culta e ao discurso erudito e, por outro lado, buscaram negar, a essas culturas do povo, o seu papel ativo no enfrentamento (ou silenciamento) frente aos constrangimentos sociais de toda ordem.

Desde as últimas décadas do século XX, os avanços da historiografia têm indicado que não se deve mais buscar a definição dos caracteres de uma “cultura

nacional”, demarcada a partir dos processos de disciplinamento, repressão, submissão e desqualificação das expressões culturais do “povo”. Mas se, do ponto de vista cultural, o Brasil está longe de ser uma unidade, tampouco é possível reduzir a nossa História Cultural a uma oposição pura e simples entre dois sistemas de cultura, aos quais estariam associadas as noções de elite culta e de povo. Para usar uma expressão gramsciana, retomada por Duby (1989) em seus estudos de História cultural, tal como a topografia social, a nossa topografia cultural apresenta estratificações, mas também combinações diversas; apresenta camadas, mas também incessantes deslizamentos, passagens, interferências. Necessário se faz reconhecer a existência e a legitimidade das expressões das diferentes culturas que servem para expressar o pensamento, a preocupação e os valores de grupos sociais, regionais, étnicos, religiosos, constitutivos da sociedade brasileira em diferentes momentos.

Inscrita no enredo da globalização, a sociedade brasileira contemporânea tem como marcas evidentes as extremas desigualdades sociais, econômicas, étnicas, geográficas etc. Ao processo de concentração do capital e da renda nas mãos de uns poucos, melhor integrados aos ditames do capitalismo internacional, correspondeu, nas várias regiões, a subordinação da maioria absoluta da população às condições mínimas de sobrevivência e a sua exclusão de ações que se convencionou pensar como funções do Estado (saúde, previdência, segurança etc.). No extremo dessa sociedade desigual, uma imensa parcela da população, no campo e na cidade, disputa o direito de acesso àquilo que o processo de massificação da leitura, iniciado na Europa no alvorecer do século XIX, divulgou como sendo dever do Estado e direito individual: a educação. As pressões no sentido da democratização do acesso à educação resultaram no processo de universalização da leitura de textos escritos, de banalização da ciência, de padronização da “cultura” sob a égide de valores dominantes e, por conseqüência, no abandono de conhecimentos, de lógicas e de práticas culturais tradicionais cuja eficácia não pode ser de todo negada.

Como corolário do processo de homogeneização cultural, observa-se a construção de um sistema de ensino seccionado em matérias estanques e estruturado em torno de conteúdos e métodos que desconsideram todo o fundo patrimonial coletivo de produção e transmissão de conhecimento que levam ao abandono de conhecimentos, de lógicas e de práticas culturais associados às diferentes identidades constitutivas da chamada “cultura nacional”, cuja autonomia e legitimidade não devem ser de modo algum desprezadas. Um sistema unificado de ensino, construído sob o postulado da

unidade ou consenso cultural impõe: (1) a padronização do ensino da matemática a partir da lógica cartesiana e abstrata. Por conseguinte, impõe o abandono da matemática da feira, da matemática dos trabalhadores do campo, das formas peculiares de organização dos dados e da elaboração de cálculos aritméticos, que os estudos recentes de etnomatemática têm contribuído para ressaltar; (2) os conhecimentos prontos de uma ciência abstrata, pretensamente dotada de valores universais e da verdade absoluta. Têm sido de todo desprezados, por consequência, o conhecimento primordial da natureza, da propriedade das ervas e das pedras, da disposição dos astros no céu, bem como as formas peculiares de leitura do voo dos pássaros, da linguagem dos animais etc., que estariam na origem do próprio conhecimento científico; (3) a disseminação de conhecimentos prontos e acabados sobre solo, demografia, ecossistema, em substituição a toda percepção e leitura anterior sobre as disposições da natureza e sobre os efeitos da ação humana sobre ela; (4) a afirmação de uma ciência histórica calcada sobre uma cronologia, sobre fatos e fenômenos históricos estruturados a partir da perspectiva européia, ocidental e cristã. As formas dominantes de construção da ciência histórica se afirmam no sentido contrário à preservação da memória, dos valores e das formas narrativas próprias às comunidades de negros, de índios, de trabalhadores rurais e de outros grupos identitários, cujas histórias foram relegadas, por muito tempo, ao campo do folclore e da curiosidade histórica; e (5) o abandono e a desqualificação de elementos dialetais, de expressões linguísticas próprias a grupos de identidade étnica e regional, em favor de uma língua nacional e de uma língua de comunicação internacional, como se essas fossem mais importantes como instrumentos de comunicação e expressão que a língua de comunicação cotidiana. Estamos, pois, diante de um processo de uniformização da lógica de leitura e de representação do mundo.

A leitura é um instrumento de poder – dos autores, dos editores, dos censores, dos governantes, dos críticos, dos especialistas, dos professores – que procuram impor, aos leitores, a subordinação à norma culta e ao discurso erudito e que se presta à difusão de formas particulares de enfrentamento ou de silenciamento frente aos constrangimentos sociais. Mas é preciso postular, como o faz Chartier (2003, p. 147) que “existe uma separação entre a norma e o vivido, a injunção e a prática, o sentido visado e o sentido produzido”. Nessa separação podem se insinuar reformulações e desvios. A cultura imposta pelos poderes e pela indústria cultural não pode reduzir as identidades singulares e as práticas de resistência. Pelo contrário, é necessário reconhecer nessas identidades a capacidade de afirmação e de enunciação de valores

próprios, mediante o uso de instrumentos e de dispositivos que deveriam destruí-las, aniquilá-las, submetê-las.

Sem desprezar da contradição social fundamental que caracteriza a sociedade brasileira, é preciso vislumbrar, na sua topografia, a presença de grupamentos étnicos, geográficos, econômicos e de escolaridade que não podem ser desprezados e que, consoante sua própria capacidade de organização e luta, têm sido levados em conta na definição de políticas públicas de diversas ordens. Ainda que não manifeste o pertencimento a um grupo social, étnico ou religioso, toda leitura do mundo passa necessariamente pela utilização de informações advindas dos grupos sociais, étnicos e religiosos dos quais se originam os indivíduos e aos quais eles pertencem. Ainda que não elaborem intelectualmente esse sentimento de pertença, os indivíduos se reconhecem como membros de um grupo (ou de vários grupos) e estabelecem sobre esse(s) grupo(s) julgamentos de valor. Eles podem valorar positivamente os elementos próprios ao seu grupo social, étnico, de gênero e contribuir para a sua afirmação – reconhecer-se como negro, índio, proletário, mulher, *gay*, militante de esquerda ou de direita, praticante do candomblé, integrante de grupos católicos ou de estudos evangélicos é, por si só, um ato afirmativo da sua própria identidade e da identidade do seu grupo de referência.

Os indivíduos podem, também, afirmar o seu pertencimento a um grupo, ao reconhecer e negar os valores concernentes a outros grupos, em uma escala de oposição que pode ir do simples estranhamento até o desejo de eliminação do outro. A assunção de identidade pode ser tomada apenas como uma ação afirmativa, mas, levada ao extremo, pode levar à negação da existência do outro. Por outro lado, os indivíduos podem negar resolutamente os valores próprios aos seus grupos de origem, almejando igualar-se social e culturalmente a outros. Em época de cultura de massa, esse movimento se processa, normalmente, como um processo de identificação/adesão aos valores culturais dos grupos dominantes, difundidos pelos meios de comunicação como algo natural, universal e superior. Essa última postura induz ao afastamento, ao rompimento, e não raras vezes ao conflito, com os valores do seu grupo de origem. Essas várias posturas interferem decisivamente nos modos próprios de leitura e de representação do mundo.

O reconhecimento da diversidade de culturas e de identidades múltiplas, de modos peculiares de leitura e representação do mundo em um mesmo espaço histórico-geográfico, é o ponto de partida para se desvelar e confrontar o processo de

homogeneização cultural, que tem como veículos privilegiados o sistema educacional e os meios de comunicação de massa, aí incluídos os meios digitais de informação e comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRUSEGAN, Rosanna. Regards sur le fabliau, masque de vérité et de fiction. In: OLLIER, Marie-Louise. *Masques et déguisements dans la littérature médiévale*. Québec: Le VRIN/PUM, 1988.

CHARTIER, R. *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 2003.

DUBY, G. *Idade Média, Idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ABSTRACT

The cultural homogenization that supports the process of capital globalization has caused, as contrapositions, the dissemination of diversity concepts, the multiplicity of interchangeable cultures and the development of affirmative actions of identity – of social stratum, ethnic, gender, regional. The acknowledgement of the diversity of cultures and multiple identities, peculiar readings and representations of the world is the starting-point to unveil and confront the process of cultural homogenization, which has the educational system and the mass means of communication, there included the digital ones.

Key-Words: culture, education, identity.
